

# O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais

*Telejournalism and the recognition of brazil's indigenous people as communicational citizens*

*El teleperiodismo y el reconocimiento de los pueblos indígenas de Brasil como sujetos de comunicación*

---

**Mônica PANIS KASEKER**

Brasil

mkaseker@gmail.com

**Angela YOSHIKO OTA**

Brasil

Universidade Estadual de Londrina

angela-ota@hotmail.com

*Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*

*N.º 152, abril - julio 2023 (Sección Monográfico, pp. 155-171)*

*ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X*

*Ecuador: CIESPAL*

*Recibido: 27-02-2023 / Aprobado: 11-04-2023*

### Resumo

A proposta deste texto é refletir sobre como a comunicação hegemônica, em especial o telejornalismo, tem se relacionado com a temática indígena no Brasil e imaginar possibilidades de decolonizar as representações midiáticas dos povos indígenas a partir da superação da visão eurocêntrica. Em especial, nos interessa pensar na abordagem jornalística e a necessária superação do paradigma da tutela para que os indígenas tornem-se sujeitos comunicacionais. Destacamos como fundamental o giro decolonial da autorrepresentação dos povos indígenas para a transformação dessas relações e o maior protagonismo indígena nas produções telejornalísticas.

**Palavras-chave:** televisão; decolonialidade; jornalismo; indígenas

### Abstract

The purpose of this text is both to reflect on how hegemonic communication, especially in television journalism, relates to the indigenous issue, and to imagine possibilities of decolonizing media representations of indigenous population by overcoming the Eurocentric view. Notably, we consider it relevant to discuss the journalistic approach on the topic and the necessary surpassing of the paradigm that indigenous people are not autonomous individuals in order for them to become communicational citizens. The decolonial shift caused by self-representation of indigenous peoples is highlighted as fundamental for the transformation of these relations and for greater indigenous protagonism in telejournalism.

**Keywords:** television; decoloniality; journalism; indigenous

### Resumen

En este trabajo reflexionamos sobre cómo la comunicación hegemónica, especialmente el periodismo televisivo, se ha relacionado con el tema indígena en Brasil a lo largo de su historia. Discutimos posibilidades de descolonizar las representaciones mediáticas de los pueblos indígenas desde la superación de la visión eurocéntrica. En particular, nos interesa pensar en el enfoque periodístico y la necesaria superación del paradigma de la tutela para que los pueblos indígenas se conviertan en sujetos de comunicación. Destacamos como fundamental el giro decolonial de la autorrepresentación de los pueblos indígenas para la transformación de estas relaciones y el creciente protagonismo indígena en las producciones periodísticas televisivas.

**Palabras clave:** televisión; decolonialidad; periodismo; indígenas.

## Introdução

Na ocasião da invasão portuguesa ao território que conhecemos como Brasil, estima-se que havia cinco milhões de pessoas vivendo aqui. O processo civilizatório marcado pelo eurocentrismo determinou a forma como os povos indígenas foram tratados e retratados no país. Os últimos levantamentos censitários apontam para a existência de 817 mil indígenas, de 305 etnias diferentes neste território (IBGE, 2010). Porém, “a sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores” (Baniwa, 2006, p. 40). Durante mais de cinco séculos, os indígenas foram pensados como seres efêmeros, em transição para a cristandade, civilização, assimilação e desaparecimento (Cunha, 2012).

Desde a chegada dos europeus, a começar pela carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao rei de Portugal, que “continha o interesse e visão do informante, mas não do índio, sujeito da informação” (Sampaio, 2010, p. 34), passando pelas missões jesuíticas, do Diretório dos Índios, o Serviço de Proteção do Índio (SPI) e as diferentes fases da Fundação Nacional do Índio (Funai), as políticas indigenistas operadas pelo Estado brasileiro, a partir de seus interesses a cada tempo, embasam a forma como a imprensa se relaciona com as populações indígenas.

No Brasil, os últimos anos foram marcados pelo protagonismo indígena na comunicação, com o advento das chamadas etnomídias e o surgimento de influenciadores digitais que tomam para si a tarefa da autorrepresentação midiática dos povos indígenas, seja em veículos de comunicação próprios na internet ou nas mídias sociais. Este movimento traz a urgência de repensar a relação do jornalismo dos meios de comunicação massivos, considerados aqui hegemônicos, com as populações indígenas. Somente com a Constituição Brasileira de 1988 os povos indígenas foram reconhecidos como cidadãos de direitos, deixando a condição de tutelados pelo Estado.

É importante informar que as autoras deste texto são duas jornalistas e pesquisadoras não indígenas que não têm a pretensão de tomar os povos indígenas como objeto de pesquisa, mas sim refletir sobre as práticas jornalísticas e a comunicação midiática hegemônica em sua abordagem das temáticas indígenas e suas interações com estes povos. A metodologia envolve revisão bibliográfica, priorizando autores indígenas, decoloniais e críticos, e pesquisa documental sobre os temas da comunicação, rotinas produtivas no jornalismo e decolonialidade, além de observações assistemáticas da representação midiática dos povos indígenas e da autorrepresentação.

Buscamos discutir neste artigo como essa mudança poderia se dar nas rotinas de produção telejornalística. Inicialmente faremos uma breve contextualização histórica da relação dos povos indígenas com o Estado e as mídias hegemônicas. Na sequência, refletiremos sobre a autorrepresentação midiática dos povos

indígenas e sua contribuição para o giro decolonial no campo da comunicação. Finalmente, discutiremos os desafios para que o telejornalismo atualize a forma de se relacionar com os povos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos comunicacionais e cidadãos de direitos.

## **De não-humano a cidadão**

A visão eurocêntrica sobre os povos indígenas brasileiros permeou políticas que contribuíram para a difusão, através dos meios de comunicação, de uma imagem estereotipada sobre os povos originários e para aumentar o grande abismo entre quem comunica e os próprios indígenas. Uma destas políticas foi a tutela. A partir de 1916 “os indígenas passaram a ser tutelados do Estado brasileiro”, o que implicava nas mediações das relações índios-Estado-sociedade nacional (Oliveira & Freire, 2006, p.114). A tutela pressupõe que ao tratar dessas temáticas, a imprensa deve obrigatoriamente buscar as fontes oficiais, sem a escuta dos próprios sujeitos indígenas. Desta forma, “o aparato tutelar era empregado pela Funai para impedir qualquer mobilização dos índios em face do Estado” (Oliveira & Freire, 2006, p. 193).

Um dos casos mais conhecidos sobre os problemas do regime de tutela no país foi do cacique Mário Juruna, que em 1980 foi convidado a participar do IV Tribunal Russell, um fórum livre internacional de Roterdã, na Holanda, como membro do júri de audiências que convocavam para analisar crimes contra indígenas em toda a América. Juruna foi impedido de ter um passaporte devido à sua condição de tutelado, “relativamente incapaz” (Graham, 2011). O Jornal Nacional veiculou, na época, uma entrevista do então presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, que foi reprisada durante uma série sobre a Constituição em 2022, na qual ele dizia: “Ele não teria representatividade de todas as 120 tribos brasileiras. O Mário Juruna é um tutelado e só se pode fazer as coisas, qualquer ato jurídico, mediante a tutela da Funai” (Jornal Nacional, 2022). O caso de Mário Juruna foi parar no Supremo Tribunal Federal, que discutiu os direitos e limites da tutela. Juruna conseguiu o direito de ter o passaporte emitido e viajou para Holanda, onde presidiu o Tribunal Russell. Juruna foi eleito o primeiro deputado federal indígena do Brasil em 1982. Teve como marca registrada o uso do gravador, sua maior arma, sempre pendurado no pescoço para gravar as promessas feitas por políticos aos povos indígenas, já que, nas palavras dele, “o homem branco mentia muito” e ele buscava a verdade.

É necessário destacar a importância da 1ª Assembleia Nacional de Líderes Indígenas, realizada em 1974, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conselho vinculado à Igreja Católica, com o intuito de defender a ideia do protagonismo indígena e a garantia de seus direitos. Essas articulações tiveram como objetivo organizar as demandas comuns para os diferentes povos indígenas presentes no país na luta por direitos ao território e à manutenção dos seus modos tradicionais de vida. Até então o termo “índio” era

uma forma genérica e pejorativa utilizada pelos colonizadores para referir-se aos povos originários, mas a partir da estruturação e organização indígena enquanto movimento de reivindicação por direitos, a palavra tornou-se uma espécie de elo entre as diferentes etnias:

[...] uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. (Baniwa, 2006, p. 30)

O movimento indígena passou a ter unidade na defesa dos direitos dos povos originários ainda que reconhecesse sua pluralidade e diversidade enquanto força e valor cultural e identitário. Como destaca Baniwa, essa organização foi fundamental para garantir os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, que passou a reconhecê-los como cidadãos brasileiros. “Foi esse movimento indígena articulado, apoiado por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar, em 1988, os avançados direitos indígenas na atual Constituição Federal” (Baniwa, 2006, p. 59). O autor enfatiza que essa conquista mudou substancialmente o destino dos povos indígenas do Brasil, que de transitórios e incapazes passaram a protagonistas, sujeitos coletivos e sujeitos de direitos e de cidadania brasileira e planetária. (Baniwa, 2006, p. 19).

Ao longo das décadas de 70 e 80, a proposta do governo de “emancipação” dos indígenas, que previa a perda dos seus territórios, estimulou a organização indígena e impulsionou o surgimento de nomes de novas lideranças indígenas, como de Ailton Krenak. “A pedra no meio do nosso caminho era que havia um projeto de emancipação que a Ditadura queria propor para gente, que dizia o seguinte: eles são iguais a nós, está vendo, os índios são iguais a nós, vamos tomar a terra deles, sentar o pé neles e eles vão para a favela” (Krenak, 2022).

Na Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição Brasileira de 1988, Krenak se tornou um símbolo ao protagonizar uma das cenas mais marcantes da história indígena. Durante o discurso, o representante indígena pintou o rosto de preto com tinta de jenipapo, em forma de protesto. Para Krenak, na história há sempre alguém que simboliza determinados momentos. “Toda essa gente foi capaz de entender no momento da história do Brasil a importância de garantir o direito dos povos indígenas. É por isso que esses direitos foram impressos na Constituição. Não foi um gesto solitário meu que fez isso, obviamente” (Krenak, 2022).

Durante a formulação da Carta Magna, dezenas de indígenas passaram a frequentar o Congresso Nacional para pressionar os congressistas a reconhecerem suas reivindicações.

Em maio de 1988, 70 lideranças de 27 povos contestaram a diferença entre índios aculturados e não-aculturados presentes no projeto de Constituição em votação. Através de vigília permanente no Congresso Nacional, mais de uma centena de índios representando dezenas de povos indígenas acompanhou as negociações para a votação do capítulo “Dos Índios”. (Oliveira & Freire, 2006, p. 195)

Segundo Krenak, “eles levaram tão a sério esse pacto que é como se fosse um ritual que inaugurava a relação dos povos indígenas com o Brasil. Aquilo era um sentido sagrado como um ritual e se os brasileiros em geral tivessem a autoestima eles iam fazer honrar esta Constituição como um documento sagrado” (Krenak, 2022).

Com a Constituição de 1988, os povos indígenas passaram a ter direitos constitucionais sendo “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras” (Brasil, 1988). Davi Kopenawa, líder Yanomami, considerado uma das principais vozes indígenas deste período afirma que a “Constituição Federal significa a arma: arco e flecha para defender o nosso direito, para defender o povo, o lugar onde nós moramos e vivemos” (Kopenawa, 2022).

Porém, mesmo com a Constituição, ao longo dos últimos anos se viu grandes violências contra os povos indígenas. Uma delas foi a morte de Galdino Jesus dos Santos, indígena pataxó *hã-hã-hãe*. Em 1997 ele estava em Brasília com uma comitiva para reivindicar terras e, enquanto dormia em um ponto de ônibus, cinco jovens de uma mesma família atearam fogo em seu corpo. Galdino teve 95% do corpo queimado e morreu um dia depois no hospital. Durante o processo criminal, “os agressores disseram que “era para ser uma brincadeira” e queriam apenas “dar um susto” no homem que dormia no banco de um ponto de ônibus. De acordo com as investigações, eles compraram dois litros de álcool em um posto de combustível minutos antes de cometer o crime” (Gabriel & Rocha, 2022). Após o júri popular, realizado em 2021, quatro jovens foram condenados a 14 anos de prisão. Eles ficaram presos por apenas três anos após o julgamento, até 2004, quando ganharam a liberdade condicional.

O episódio impulsionou o ativismo indígena, mas também demonstrou que ainda havia um grande abismo na garantia dos direitos constitucionais aos povos originários e no rompimento de preconceitos por grande parte da população, permeada pela violência, que, apesar dos avanços, perduram até os dias atuais. É o caso da crise sanitária e humanitária vivida pelo povo indígena Yanomami, que demonstra o abandono e ausência de políticas públicas direcionadas aos povos originários.<sup>1</sup>

---

1 Embora o problema exista há décadas, ganhou visibilidade somente após a posse do governo eleito em 2022.

## O Brasil mostra a sua cara

Da mesma forma que o pensamento teórico comunicacional é tributário da epistemologia moderna derivada dos processos de conquista e colonização (Torrico Villanueva, 2018), na prática, os meios de comunicação hegemônicos têm a mesma tendência de reproduzir narrativas e representações com lentes eurocentristas. Para Torrico Villanueva (2018, p.74):

a decolonialidade é tanto o horizonte de compreensão crítica da realidade social desde a história concreta dos povos subordinados ao domínio colonial e neocolonial como o desafio epistemológico e político liberador que se desprende de tal visão. Pensar decolonialmente significa, então, tornar inteligível o mundo social (e o comunicacional em seu cerne) tomando como base a condição de subalternidade, mas autoconsciente, rebelde e propositiva. (tradução das autoras)<sup>2</sup>

Desta forma, a colonialidade do ser, do saber e do poder<sup>3</sup> colocam o campo da comunicação como estratégico para a manutenção das culturas subalternizadas nesta condição (Ijuim, 2020). A colonização dos imaginários se realiza com o silenciamento e com a representação estereotipada dos povos originários. Este processo começa no Brasil desde a primeira carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa descrevendo a terra “descoberta”, passando pelos sermões e diários de viagem dos chamados desbravadores e pelas imagens produzidas nas expedições de pintores europeus ao território. Em um segundo momento, pela literatura, que influenciou posteriormente profundamente as narrativas cinematográficas, até chegarmos à televisão e ao jornalismo de massa (Autor, 2022).

Ao refletir sobre a representação dos indígenas no audiovisual brasileiro, desde as primeiras adaptações da literatura para o cinema, chegando às telenovelas brasileiras, (autores) constata-se que a visão colonialista persiste (2022). Os autores (2022) identificam os estereótipos construídos pela perspectiva hegemônica no Brasil, que aparecem em diferentes discursos e narrativas, são eles: atrasado, bárbaro, bom selvagem, exótico, índio genérico, integrado/aculturado, não humano, preguiçoso, sensual e invasor.

No período de 1963 a 2016 foram exibidas 665 telenovelas no Brasil e, destas, apenas 28 tiveram personagens indígenas. Destas, 21 foram exibidas pela Rede Globo, a maior produtora de telenovelas do Brasil e líder de audiência. Além do silenciamento sobre a temática, as poucas telenovelas que incluíram

2 La decolonialidad es tanto el horizonte de comprensión crítica de la realidad social desde la historia concreta de los pueblos subordinados al dominio colonial y neocolonial como el desafío epistemológico y político liberador que se desprende de tal visión. Pensar decolonialmente significa, entonces, hacer inteligible el mundo social (y el comunicacional en su seno) tomando como base la condición de subalternidad, pero autoconsciente, rebelde y propositiva. (Torrico Villanueva, 2018, p.74)

3 Quijano (2007), Mignolo (2007), Walsh (2007), Grosfoguel (2006) e Cusiqañqui (2010) são algumas referências basilares do pensamento decolonial na América Latina.

personagens indígenas o fizeram ainda na perspectiva colonialista (Neves; Carvalho, 2019).

No que se refere especificamente à abordagem jornalística, o índio “selvagem”, capaz de atacar populações sertanejas, continuava vivo nas reportagens de revistas como *O Cruzeiro*, nos Anos 40. Isso começou a mudar após as expedições dos irmãos Villas Bôas e a pacificação dos índios Xavante por Francisco Meirelles. A partir daí, as notícias divulgadas tratavam sobre o cotidiano dos índios, sua vida em família, suas crenças e técnicas de sobrevivência. “As imagens sobre os índios divulgadas na esteira das ações oficiais oscilavam entre o respeito à vida tradicional e o estímulo à aculturação” (Oliveira & Freire, 2006, p. 158).

Ao analisar duas reportagens especiais da Revista Realidade datadas de 1966, em plena Ditadura Militar no Brasil, autor (2018) destaca que as reportagens retratam os indígenas como bons selvagens, puros e ingênuos, e que o processo de edição constrói uma narrativa favorável à realocação de comunidades indígenas ao Parque Nacional do Xingú, projeto do então governo militar. As reportagens trazem visões questionáveis, como a ideia de que é necessário isolar os indígenas ao máximo da convivência com a civilização e que de nada serve para eles aprenderem a ler e a escrever. Esse alinhamento editorial era condizente com o projeto de governo vigente. Por outro lado, os textos exploram os dilemas e dramas vividos pelos personagens frente à convivência com os não indígenas e a resistência pelo território. “A narrativa em primeiro plano apresentada pela edição seria uma estratégia para contar no texto da reportagem um pouco da realidade de miséria dos povos indígenas naquele momento” (Autor, 2018). Mais tarde, em 2007, o jornalista Carlos Azevedo comentaria o antagonismo com os militares durante a produção e desabafaria: “este é um daqueles casos em que a melhor reportagem foi a que não chegou a ser escrita. Ficou entalada na garganta por quarenta anos” (2007, p.145).

Mais recentemente, em um contexto de luta pela demarcação de terras e oposição aos interesses dos latifundiários, observa-se a imagem do indígena como “invasor” de fazendas, que faz uso de violência (Bittencourt, 2006). Embora nos últimos dez anos tenha havido um crescimento da presença indígena na mídia, em especial em veículos independentes (Portal da Comunicação, 2022), ainda é possível perceber um distanciamento dos jornalistas em relação a temática (Costa, 2021).

## **O giro decolonial na comunicação e no jornalismo**

O fenômeno da autorrepresentação com o surgimento dos comunicadores indígenas atuando cada vez mais como midiativistas tem contribuído para a mudança do contexto comunicacional. Podemos considerar este protagonismo um giro decolonial na comunicação e no jornalismo brasileiro, nos apropriando do termo cunhado pelos autores do chamado pensamento decolonial latino-americano. Para Mignolo (in Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007, p. 27) o pensamento



decolonial emerge simultaneamente e em contrapartida à Modernidade/colonialidade. No caso da América Latina, isso se dá no pensamento indígena e afro-caribenho<sup>4</sup>. Nesse sentido, Catherine Walsh agrega a importância da interculturalidade como um processo de construção de um outro conhecimento e de uma outra prática política com e contra a Modernidade/colonialidade, compromissados com a transformação social. (in Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007,p.47-57).

Trazendo essa perspectiva para o campo da comunicação e do jornalismo em especial, nota-se que a presença e visibilidade indígena têm se ampliado no Brasil, seja em veículos próprios como a Webrádio Yandê, produções especializadas como o podcast Papo de Parente, ou ainda em organizações indígenas como os canais da Articulação dos Povos Indígenas (APIB). O protagonismo comunicacional destes sujeitos ainda está circunscrito, no entanto, às chamadas etnomídias, pois nos veículos da mídia hegemônica sua presença se limita muitas vezes a datas comemorativas e registro de manifestações. Denota-se que tal postura é característica do eurocentrismo que alicerçou as bases da imprensa no país: “os estigmas e os preconceitos perpassam a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa” (Ijuim, 2020).

Uma pesquisa feita pela jornalista Cristiane Fontes, da Amoreira Comunicação, confirma que os indígenas se tornaram mais visíveis na grande mídia na última década. O levantamento foi feito com 350 formadores de opinião. Segundo o estudo, o *Jornal Nacional* e o *Fantástico* foram os programas jornalísticos mais citados como exemplos dessa maior cobertura às pautas indígenas e o programa *Falas da Terra*, documentário produzido no *Dia do Índio*<sup>5</sup> pela Rede Globo e que mostrou falas de indígenas de 21 comunidades brasileiras, pode ser considerado um marco na TV (Portal da Comunicação, 2022). No ano de 2021, ao analisar as reportagens veiculadas e disponíveis na plataforma Globoplay, contata-se que o *Jornal Nacional* veiculou 29 reportagens com temáticas indígenas, sendo considerados reportagens, notas cobertas com imagens e notas.

O aumento da cobertura de temas indígenas pela imprensa brasileira resultou também em mudanças de comportamento, como enfrentamento ao racismo e representatividade, que passa pelo protagonismo e ocupação de espaços com vozes dos próprios indígenas, aumento expressivo de estudantes indígenas nas universidades e diversidade de influenciadores digitais indígenas na última década. Importante destacar nomes como Renata Machado Tupinambá, Daiara Tukano, Anápuáka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe, Alice Pataxó e Cristian Wariu no ativismo midiático, além de uma maior projeção de lideranças políticas

4 Mignolo trata sobre a emergência do pensamento decolonial também na Ásia e África e, posteriormente, na intersecção com o crescimento da liderança global exercida pelos Estados Unidos a partir da Guerra Fria, para então traçar sua própria genealogia (in Castro-Gomez; Grosfoguel, 2007).

5 O *Dia do Índio* foi recentemente renomeado para *Dia dos Povos Indígenas*.

como Cacique Raoni, Davi Kopenawa, Sônia Guajajara<sup>6</sup>, Joênia Wapichana, Célia Xakriabá e de intelectuais como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Denilson Baniwa.

Alice Pataxó, por exemplo, jovem indígena de 21 anos, da aldeia Craveiro, Terra Indígena Barra Velha, localizada na Bahia, é atualmente uma das protagonistas pela luta por territórios. Através das redes sociais, ela tem feito ecoar sua voz pelo mundo. Em 2021, participou da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP 26, em Glasgow, na Escócia. No mesmo ano, seu perfil passou a ser o com maior alcance potencial no debate sobre povos indígenas no Twitter (Portal da Comunicação, 2022).

Esse aumento na representatividade, no entanto, ainda é considerado insatisfatório diante das omissões e distorções históricas e da diversidade de povos e realidades em todo o país. Seja por interesses políticos, econômicos, identitários e de representação, ainda há muito o que transformar na abordagem jornalística, a fim de proporcionar a compreensão dos fenômenos sociais.

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização - histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco. Em especial setores conservadores da Imprensa, que vêm sendo chamados de mídia *mainstream*, com raras exceções, têm dotado uma postura que merece ser examinada de forma crítica. (Ijuim, 2020)

Ao noticiar fatos sem ouvir os indígenas e sem contextualização, amplificam-se as diferenças, o tom preconceituoso e o olhar restrito. É um círculo vicioso, pois enquanto grande parcela dos brasileiros não reconhecerem os direitos dos povos indígenas, a mídia hegemônica não cumprirá seu papel de estimular os direitos humanos (Ijuim, 2020). “Se é função do jornalista dar visibilidade à pluralidade e opiniões, também é seu papel construir a realidade a partir do interesse público, fornecendo elementos para seus leitores formarem um juízo de opinião sobre a cotidianidade” (Amaral, 2002, p.5). Aos jornalistas compete a função ampliar as visões de mundo, aproximar-se dos povos indígenas, não apenas escutar essas vozes, mas amplificá-las (Costa, 2021).

### **Algumas críticas aos processos de produção jornalística**

Para produzir as notícias e informar, os jornalistas utilizam o conhecimento das fontes, que são o centro de qualquer apuração justamente porque é a partir delas e de seu conhecimento em diferentes níveis, capazes de informar e

---

6 No recentemente empossado governo federal, Sônia Guajajara assumiu o Ministério dos Povos Indígenas, inédito no Brasil.

contextualizar os fatos, que o jornalista mede a realidade, humaniza a notícia e faz suas confirmações para, posteriormente, informar o público (Schmitz, 2011). “O profissional de comunicação é representado como aquele que comanda, que elabora o discurso, que decide o certo e o errado e o que será publicado. Ou seja, é quem dá voz ao relato” (Gonçalves, 2014, p. 90). Embora aqui tenhamos que considerar também as limitações estruturais impostas ao profissional com os interesses e a própria linha editorial do veículo em que atua.

Schmitz (2011) afirma que as fontes oficiais são as preferidas da imprensa, pela influência, poder e acesso facilitado, sendo que a elas é dado o maior poder de fala. Essa prática da procura de jornalistas pela voz oficial e o uso limitado de outras vozes tem raízes históricas no Brasil (Medina, 2011). O “autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro” (Medina, 2011, p. 17).

A maioria das reportagens jornalísticas contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos e a eles dá-se o nome de fontes. Um dos problemas em questão é que a eficiência do jornalista em definir as fontes é baseada na ideia da produtividade, o que os faz recorrer a determinados entrevistados que já possuem credibilidade e autoridade adquiridas em entrevistas anteriores. A rede de fontes leva, portanto, em consideração a estrutura social, o poder existente e o processo produtivo. Aquelas que não se adequam aos ritmos de trabalho e valores culturais partilhados pelos jornalistas dificilmente terão espaço (Wolf, 1999, p. 101).

Desta forma, o acesso à mídia e ao Jornalismo, como realça Traquina (2005), torna-se um bem estratificado socialmente, no qual aqueles que não tem poder não tem lugar de fala. Isso acaba ferindo um dos atributos do jornalismo que é a polifonia no jornalismo: a “seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos” (Medina, 2011, p. 17).

Ao criticar o jornalismo de televisão, Pierre Bourdieu (1997) já problematizava os critérios de seleção de fontes do jornalismo, enfatizando que os jornalistas selecionam os especialistas cujas opiniões coincidam ou discordem de suas crenças. A essas fontes ele chama de *fast-thinkers*, “especialistas” que pensam em alta velocidade. Esses *fast-thinkers* acabam por apresentar um discurso de “lugar-comum”, facilmente admissível, não gerando assim um pensamento crítico, que deveria ser subversivo para começar a desmontar as “ideias feitas” (Bourdieu, 1997). Estas pessoas que recorrentemente aparecem nos noticiários são os chamados “*habitués da mídia*”.

Se a televisão privilegia certo número de *fast-thinkers* que propõem *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado, não é apenas porque (e isso faz parte também da submissão à urgência) eles têm uma caderneta de endereços,

aliás sempre a mesma (sobre a Rússia, são o sr. ou a sra. X, sobre a Alemanha, é o sr. Y): há falantes obrigatórios que deixam de procurar quem teria realmente alguma coisa a dizer, isto é, em geral, jovens ainda desconhecidos, empenhados em sua pesquisa, pouco propensos a frequentar a mídia, que seria preciso ir procurar, enquanto que se tem à mão, sempre disponíveis e dispostos a parir um artigo ou a dar entrevista, os *habitués* da mídia. (Bourdieu, 1997, p. 41)

Para o autor, a televisão tende a veicular aqueles temas que ele chama de *fatoss-omnibus*, que tendem a interessar a todo mundo e ser os de mais fácil entendimento, afastando as informações pertinentes e de maior grau de complexidade, como as da temática indígena. Ainda sobre a televisão, Pierre Bourdieu apresenta uma metáfora sobre a visão de mundo dos jornalistas.

Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico. (Bourdieu, 1997, p. 25)

Esse aspecto explica porque os indígenas se tornam facilmente pauta quando ocorrem fatos dramáticos como conflitos e mortes. Porém, ao tornarem-se parte de um problema crônico, como os genocídios ocorridos por disputas de territórios com o garimpo ilegal e latifundiários, tendem a sair de pauta, visto que pressupõem um enfrentamento das estruturas de poder político e econômico.

Para Cremilda Medina (2011), os jornalistas têm uma tendência a preestabelecer as respostas acentuando a incomunicação.

Se os meios são de *comunicação*, que se encare então o que é *comunicar*, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas: o interlocutor é conduzido a tais resultados. A caricatura deste fato se difunde por aí em entrevistas de televisão, cujo *script* é pré-montado, ensaiado, ficando pouca margem para o entrevistado decidir qual o rumo de seu pensamento ou de seu comportamento. O que menos interessa é o *modo de ser* e o *modo de dizer daquela pessoa*. O que efetivamente interessa é cumprir a pauta que a redação de determinado veículo *decidiu*. (Medina, 2011, p. 6)

Este comportamento vai permear a relação dos jornalistas com os indígenas, não dando margem para que outras cosmovisões possam ser compreendidas, a não ser aquelas que já estão em circulação midiática. As consequências são textos monológicos, compostos pela singularidade de voz e que não contemplam a complexidade das realidades sociais.

Outra mudança premente se refere à linguagem utilizada para se referir aos povos indígenas nos meios de comunicação. Márcia Mura (2022), indígena e doutora em História Social, explica que o termo “índio”, por exemplo, é genérico e não considera as especificidades e diversidades que existem entre os povos indígenas. Kaká Werá (2017), escritor e ambientalista, explica que o termo “índio” carrega as dores vividas pelos povos indígenas.

[...] o que é o índio nessa história? Durante os primeiros 70 anos ele foi modelado para ser o escravo dessa história. E depois desse período, o índio era associado a moeda. Índio nada menos é, naquela época, do que moeda de troca. Escravo e usado como moeda. [...] Quando veio a mudança de escravização, quando a escravização passou a ser africana, o índio passa a ser estorvo, aí nasce a profissão de bugreiro, que é o caçador de índio. Que é aquele sujeito que ganhava por par de orelhas cassados. E desde então ele passa a ser um estorvo, e por incrível que pareça esse modelo do século XVI é o mesmo modelo que está por aí. [...] Então, tudo isso, o conceito de índio guarda pra nós essa dor. (Werá, 2017)

O escritor e pós-doutor em Linguística, Daniel Munduruku (2019), da etnia Munduruku, afirma que a palavra índio também tem uma conotação pejorativa relacionada à ideia de que o índio é preguiçoso, selvagem ou atrasado. Ao invés de “índio”, aponta para o uso do termo “indígena”. “A palavra ‘indígena’ diz muito mais a nosso respeito do que a palavra ‘índio’. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros” (Munduruku, 2019).

Outra palavra pejorativa é “tribo”, usada comumente para se referir a grupos de indígenas. Célia Xakriabá (2021), no podcast ‘Papo de Parente’, da plataforma do Globoplay, afirma que esse termo condiz ao olhar colonial, tratando os povos indígenas como se fossem primitivos e não civilizados. Indica-se o uso de povos indígenas ou etnias para se referir à diversidade.

Patrícia Rodrigues (2021), indígena da etnia Fulni-ô, elucida também que não se deve usar “tribo” ou “reserva indígena” como sinônimo de aldeia, terra ou território indígena.

Muitas pessoas me perguntam ‘qual é a sua tribo?’ Sempre respondo que não tenho tribo, que moramos num território onde há uma aldeia. Além de reafirmar que não somos selvagens tribais, o termo ‘território’, que representa o espaço geográfico onde vivemos, também confere respeito. As pessoas moram no campo, na cidade, e nós, na aldeia, que só vale para um território reconhecidamente indígena. Ao repensar o nosso vocabulário, obrigamos a sociedade a repensar como trata e retrata a população indígena. (Rodrigues, 2021)

Repensar a relação com os indígenas vai muito além das palavras. Nara Cabral (2013) considera que “é preciso lembrar que não se trata apenas de circunscrever as palavras, no plano simbólico, mas também de reestruturar as configurações que se enraízam no imaginário” (Cabral, 2013, p. 80).

## Conclusões

Os meios de comunicação hegemônicos têm construído e reproduzido visões estereotipadas e genéricas que não correspondem à diversidade dos povos indígenas do Brasil. Consta-se que a forma como o Estado se relacionou historicamente com os povos originários, a partir de uma visão colonialista, permeou a forma como a mídia de massa trata das questões indígenas, muitas vezes com distanciamento, preconceito e sem escutar essas vozes. Outros hábitos como a predileção pelas fontes oficiais ou recorrentes, além da percepção formatada dos jornalistas, que conduzem as entrevistas com direcionamento engendrado, retardaram a presença dos povos originários no telejornalismo.

Com a Constituição de 1988 e a Internet, houve um avanço do protagonismo indígena que possibilitou a autorrepresentação indígena. Na etnomídia os indígenas conquistaram espaço de fala, conseguiram apresentar suas lutas e passaram a questionar até mesmo a linguagem pejorativa e a desinformação sobre sua presença e atuação na vida social. Esse ativismo midiático indígena tem desafiado os meios de comunicação hegemônicos a repensarem suas formas de tratamento e condução das temáticas relacionadas aos povos originários. É premente uma mudança de perspectiva nos processos de produção do telejornalismo, levando-se em consideração que há mais três décadas os indígenas foram reconhecidos como cidadãos brasileiros pela Constituição de 1988.

Os indígenas podem e devem ter maior participação nas interações entre jornalismo e sociedade, seja ocupando funções jornalísticas ou tornando-se fontes. Temos algumas iniciativas nesse sentido, como o primeiro programa de televisão produzido com a participação de profissionais indígenas na equipe de produção, o Falas da Terra, em 2021, pela Rede Globo. Recentemente, a mesma emissora contratou o escritor Daniel Munduruku como consultor para produções de ficção.

Há que se considerar o papel e a importância da grande mídia, em especial do jornalismo televisivo, para a decolonização desses processos. A prática de um telejornalismo capaz de tornar-se intercultural, contribuiria certamente para combater estereótipos e diminuir o racismo e o preconceito contra os povos indígenas.

## Referências

- Amaral, M.F. (2002). *Fontes jornalísticas: o lugar de fala do cidadão*. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8121a0473dfc7d5de75c22a247e5a614.pdf>.
- Azevedo, C..(2007) *Cicatriz de Reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter*. São Paulo: Editora Papagaio.
- Bittencourt, M. P. H. de.(2006) *Diálogo parcial – uma análise da cobertura da imprensa para a questão indígena brasileira*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R2180-1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Cabral, N.L.S.C. (2013). *Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão: o politicamente correto como princípio regulador*. Universidade do Minho, Braga. Disponível em: [http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/1687](http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1687).
- Costa, G. (2021). *Construir um banco de fontes mais plural é o primeiro passo e tem sua importância, mas não é o bastante*. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/nao-e-difcil-construir-um-banco-de-fontes-indigenas-mas-e-preciso-ir-alem/>.
- Cunha, M.C. (2012). *Índios no Brasil: histórias, direitos e cidadania*. (1ª ed.) São Paulo: Claro Enigma.
- Cusicanqui, S.R. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón.
- Gabriel, J. & Rocha, M. (2022, abril 20.) *Assassinato de Galdino há 25 anos impulsionou ativismo indígena por terras*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/assassinato-do-indio-galdino-ha-25-anos-impulsionou-ativismo-indigena-por-terras.shtml>.
- Autor. (2022) *A representação dos povos originários no audiovisual brasileiro e o momento do giro decolonial*. (IN) Aguiar, C.A. de; Valle-dávila, I. del & Rodrigues, DP. (Orgs.). *Práticas e culturas cinematográficas*. Londrina: LEDI, 2022. Disponível em [Praticas\\_e\\_culturas\\_cinematograficas\\_\(livro\\_completo\).pdf](https://www.eneimagem2021.com) (eneimagem2021.com)
- Gonçalves, J.F. (2014) *Quem fala no jornalismo?* In: Leal, BS; Antunes, E. & Vaz, PB. (organizadores). *Para entender o Jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Graham, L.R. (2011). *Citando Mario Juruna: Imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira*. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/mZZdVmwfB5fPYBNfpTFwmJC/?lang=pt>.
- Grosfoguel, R. (2006) *La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global*. Bogotá: Tábula Rasa, n. 4, 17-48. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n4/n4a02.pdf>.
- IBGE (2010). Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo>
- Ijuim, J.K. (2020). *Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/159921/162829>.
- Jornal Nacional. (2022). 'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>.
- KASEKER (2022) *Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta*. Mídia e cotidiano. Rio de Janeiro: UFF.
- Autor. (2018) *O indígena brasileiro na revista Realidade*. Disponível em: <https://www.porta-lintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0144-1>
- Kopenawa, D. In: Jornal Nacional (2022). 'Brasil em Constituição': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>.



- Krenak, A. In: *Jornal Nacional* (2022). '*Brasil em Constituição*': Carta Magna reconhece direito dos povos indígenas de viver conforme suas culturas e crenças. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10956315/>.
- Baniwa, G.L. (2006) *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- Mignolo, W. (2007). *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura*. (in) Castro-Gomez, S.; Grosfoguel, R. (Orgs). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Medina, C. (2011). *Entrevista. O diálogo possível*. São Paulo: Ática.
- Mura, M. (2022, abril 19). In: Santos, E. *Índio ou indígena? Entenda a diferença entre os dois termos*. G1, São Paulo. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/04/19/indio-ou-indigena-entenda-a-diferenca-entre-os-dois-termos.ghtml>.
- Munduruku, D. (2019, abril 19). In: Rossi, A. *Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku*. BBC News Brasil, São Paulo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>
- Neves I.; Carvalho, V.. (2019) *A presença indígena na telenovela brasileira: poder, interdição e visibilidade*. Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. v. 42, n.1, p. 167-182.
- Oliveira, J.P. & Freire, C.A.R. (2006). *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- Portal da Comunicação. (2022). *Espaço ocupado por indígenas na mídia brasileira cresceu nos últimos 10 anos*. Disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2022/04/espaco-ocupado-por-indigenas-na-imprensa-brasileira-cresceu-nos-ultimos-10-anos/>.
- Quijano, A. (2007) *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Rodrigues, P. (2021). In: Martinelli, F. "*Nunca pergunte qual é a 'tribo' de um indígena*", diz socióloga Fulni-ô. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/mulherias/2021/05/28/nunca-pergunte-qual-e-a-tribo-de-um-indigena-explica-sociologa-fulni-o.htm>.
- Sampaio, O.R.A. (2010). *Jornalismo indígena e jornalismo indigenista*. Orientadora: Rosane da Silva
- Borges. 2010. 153 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Schmitz, A. A. (2011). *Fontes de notícias: ações estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.
- Torrico Villanueva, E.C..(2018) *La comunicación decolonial, perspectiva in/surgente*. Disponível em: ALAIC28-v4.indd (unlp.edu.ar)
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são* (2ª ed). Florianópolis: Insular.
- Walsh, C. (2007). *Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos*. In: WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir* Tomo I. Quito: Abya Yala, p. 585-590. (Serie Pensamiento Decolonial).



- Werá, K. (2017). In: Nunes, Augusto. *Roda Viva com Kaká Werá*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta (TV Cultura). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iwU5KNMf014>. Acesso em: 17/10/2022.
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Xakriabá, C. (2021). *Papo de Parente: o poder da palavra* [podcast]. Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/papo-de-parente/boabe-d61-1120-4b59-bd9b-566b88b26100/?s=os>.

